

Por que o racismo e suas práticas e qual é a responsabilidade social que se espera dos profissionais que lidam com as questões da sociedade?¹

Kabengele Munanga²

No ponto de partida, trata-se de diferenças, ou seja, de “nós” e dos “outros” que foram degradados em fontes de discriminação e desigualdade entre seres e sociedades humanas. No entanto, as diferenças constituem nossa riqueza coletiva, sem a qual nossa própria sobrevivência enquanto espécie humana seria ameaçada. Na história da humanidade milhões de seres humanos foram fisicamente mortos por causa das diferenças. Os sobreviventes, fisicamente, não são isentos das consequências derivadas das diferenças, consequências essas que se manifestam no cotidiano das relações raciais, na cultura, nas instituições e na estrutura psíquica das pessoas.

Como aconteceu e o que podemos fazer como profissionais e membros conscientes dos problemas da sociedade para contribuir no aperfeiçoamento do mundo ao qual pertencemos? Começaremos pela história do problema antes de perguntarmos sobre o que podemos fazer para contribuir na solução do problema? Aqui estaria o apelo que a resolução CPF nº 18/2002, que o Conselho Federal de Psicologia lança aos profissionais da área de Psicologia. Com efeito, somos todos ao mesmo tempo semelhantes e diferentes, biológica ou fisicamente, pela geografia de nossos corpos. Nossas peles, cabelos e olhos têm cores diferentes.

Essas diferenças morfológicas levaram os cientistas de certa época a classificar a variabilidade humana em três raças estanques: branca, negra e amarela, classificação hoje abandonada pelos próprios cientistas, que chegaram à conclusão de que “biológica e cientificamente, as raças não existem” (Munanga, 2002). No entanto, o abandono científico dessa classificação não significa que ela deixou de resistir no imaginário e na consciência coletivos das sociedades do século XXI, e nem tampouco significa que o racismo – enquanto ideologia e crença derivada do conceito de raça – deixou de existir e de fazer vítimas nas sociedades humanas do século XXI. As cenas de discriminação se tornaram corriqueiras em nossos dias até nos campos de futebol.

Em novembro do ano passado, Christiane Taubira, ministra da Justiça da França, natural da Guiana Francesa, foi comparada a uma macaca que encontra uma banana, pelo Jornal “Minute”, da Extrema Direta do país. As diferenças biológicas que fazem com que sejamos homens e mulheres, brancos, negros e amarelos, jovens e velhos, etc., são inatas. Ninguém escolheu seus pais brancos, negros ou amarelos antes de nascer. Ninguém escolheu para ser homem ou mulher. Ninguém pode escolher permanecer eternamente jovem ou não envelhecer.

Tudo começa com o “mistério” da procriação. Naturalmente, dois indivíduos de sexos diferentes, o pai e a mãe, se associam para formar um terceiro, a criança. Este recebe, para nascer, metade da coleção dos “genes” do pai e metade da mãe. Apesar de indivisível, este terceiro indivíduo é geneticamente a metade destes, portanto um mestiço, diferente de seus pais. Seus irmãos e suas irmãs mais novos e novas que nascerão depois serão também todos e todas diferentes entre eles, salvos os gêmeos homozigotos ou univitelinos. É neste sentido que cada indivíduo é único e diferente dos demais indivíduos passados, presentes e futuros. Essas diferenças somáticas observáveis são hereditárias e nos remetem aos grupos ou chamadas “raças” em que nascemos. Elas provêm, de acordo com a própria ciência, do processo adaptativo ao meio ambiente na longa história evolutiva. A cor da pele, dos olhos e dos cabelos é determinada pelo grau de concentração da melanina. Os povos que

1 Conferência de abertura do II PSINEP — Recife, 01 de maio de 2014.

2 Professor Titular Aposentando - Departamento de Antropologia da FFLCH/USP.

vivem entre os trópicos (África) e que têm mais concentração da melanina têm pele mais escura, que os auxilia a suportar os efeitos dos raios ultravioleta; os que vivem nas regiões temperadas, com temperaturas mais baixas, concentram pouca melanina, o que determina sua pele mais clara, que os auxilia na síntese da vitamina D. Nem por isso, nenhuma pele é superior, inferior ou melhor que as outras, pois todas têm uma função resultante do processo adaptativo ao meio ambiente.

A essas diferenças naturais inatas que fazem de nós brancos, negros, amarelos, homens, mulheres, jovens, velhos, se acrescentam outras diferenças de ordem cultural e social e econômica. Pertencemos todos e todas às sociedades humanas que criaram e desenvolveram culturas. Cada sociedade tem a sua herança própria, a sua cultura. Isto é, totalidade de maneiras de viver, de trabalhar, de pensar, e a totalidade daquilo que resulta dessas atividades (instituições, educação, filosofia, organização social, religião, etc.). Cada sociedade criou uma cultura e cada cultura repousa numa sociedade. Daí o sentido da universalidade da cultura (Maquet, 1981). Pertencemos também às sociedades, embora não todas, que política e economicamente criaram classes sociais: ricos, médios, pobres e miseráveis.

Há de se observar que todas essas diversidades, biológica, cultural e socioeconômica, em vez de se constituir em fontes coletivas de desenvolvimento e enriquecimento mútuos, se transformaram em causa de problemas, conflitos e violências à escala mundial. Apesar das raças não existirem biologicamente, a variabilidade humana é inegável, como podemos observar pelos corpos e cores da pele das pessoas presentes neste auditório. A questão interessante que se coloca cientificamente está na explicação dessa variabilidade. O conceito de raça, que teria servido na explicação científica dessa variabilidade, desembocou, infelizmente, numa classificação hierarquizante das chamadas raças em superiores e inferiores, de acordo com as diferenças de pele e outros traços morfológicos. Os cientistas estabeleceram relações intrínsecas entre raças e culturas, raças e inteligência, raças e as qualidades morais e psicológicas, raças e as características estéticas. Assim, as pessoas de pele mais clara que pertencem a raça dita branca foram decretadas mais inteligentes, mais honestas, mais bonitas, mais habilitadas para dirigir e mandar, enfim, para dominar (Munanga, 2002). As mulheres foram também, na história da humanidade, classificadas na categoria social sem grandes dotes intelectuais e sem habilidades para dirigir, a não ser os dons domésticos no cuidado e educação de seus filhos. Seus filhos homens eram, ao se tornarem adultos, considerados maduros para mandar e dirigir e neste sentido superior as suas mães. Suas filhas eram naturalmente, como as mães, condenadas à categoria de seres inferiores.

Os brancos criaram culturas superiores, têm o melhor Deus e a verdadeira e melhor religião, disseram. Daí a legitimidade da Missão Civilizadora e da Colonização como caminhos para a integração dos não brancos na civilização e nos valores do mundo ocidental, considerados como os melhores. No campo da religiosidade, a história da humanidade é repleta de conflitos e guerras por causa das diferenças entre os caminhos para se comunicar com Deus. Conhecemos todas as histórias das guerras santas ou Jihad, das cruzadas, das inquisições na Península Ibérica. Sabemos dos conflitos entre protestantes e católicos na Irlanda do Norte; dos conflitos entre ortodoxos, católicos e muçulmanos no Kosovo; dos conflitos entre muçulmanos e católicos na Nigéria e outras partes do mundo, etc. Se Deus é o mesmo para todos, os caminhos para chegar a ele é que são diferentes; mas por que os caminhos se conflitam? Justamente, por que os caminhos são enxertados de intenções políticas. Não creio que Deus mandou aos homens e mulheres brigarem em nome dele!

As ideologias fascistas e os nacionalismos nascentes, como o nazismo, se cobriram também da máscara científica das raças superiores e inferiores para justificar e legitimar o holocausto dos milhões de judeus e ciganos na Segunda Guerra Mundial. Com base na hierarquização natural entre os humanos, pensa-se que no topo da escala se situam os

melhores, a “nata” da sociedade, e embaixo, aqueles que sempre por natureza, seriam os maus, a “lama”. Sem dúvida, alguns seres humanos realizaram, durante suas vidas, magníficas conquistas, enquanto outros cometeram os piores horrores. Trata-se, contudo, de consequências da longa caminhada da vida. Eles encontraram inúmeras oportunidades para tomarem um ou outro caminho. Uns escolheram certa direção, outros a direção oposta. Temos o direito de julgar o que fizeram, mas isto não nos dá o direito de julgar o que eles eram, pois tal julgamento baseia-se na ideia de que os atos de cada um são determinados por sua diferença, isto é, por seu sexo ou gênero, sua raça, sua religião, sua classe social, sua idade, etc. Às vezes, afirma-se que se alguém cometeu um crime porque é criminoso por natureza; e esta ideia, tão difundida, tão facilmente aceita, vai de encontro ao que se disse, para definir a espécie humana. Não esqueçamos que o ser humano tem o poder de construir a si mesmo. A personalidade de cada um de nós, em um momento de nossa vida, é o resultado de uma longa construção. No ponto de partida, há um espermatozoide e um óvulo que contêm todas as informações necessárias para formar nosso corpo: a formação do crânio, a cor da pele, o grupo sanguíneo. Todas as características biológicas resultam destas informações fornecidas pelos genes. Ora, não é suficiente construir um corpo, pois é necessário também formar uma pessoa.

O inato, que é nosso patrimônio genético nos ensina a fabricar, “entre outros”, todas as substâncias e todas as células que constituem nosso cérebro. Porém, não nos ensina a realizar as conexões que fazem do cérebro a base de nossa inteligência. O inato é, portanto, insuficiente. Assim, é necessário completá-lo com todas as contribuições que recebemos da família, dos amigos, do meio social, enfim da escola. Toda a experiência recebida depois do nosso nascimento, em contato com outros, é o adquirido. Tais contribuições abrangem diversos padrões de comportamento, que nos fornecem modelos para reagir de acordo com as circunstâncias da vida: o que falar, como raciocinar, como se relacionar, o que comer, como comer, etc. (Jacquard & Poissenot, 1993).

O mais precioso desses modelos é a consciência de nossa existência. A partir desse ponto de partida constituído por duas fontes, isto é, o inato e o adquirido, abrem-se em nossa frente muitos itinerários. Cada um de nós parece, no início, uma estátua criada a partir de um bloco de mármore. No ponto de partida, existe somente a matéria prima do inato. Em seguida, graças às contribuições da família, da escola e de tudo o que aprendemos em nossa infância, a estátua tem uma primeira forma: é o adquirido. Contudo, o trabalho não acabou, pois em um determinado momento, a estátua acorda e percebe que se pode esculpir. Ela pega então um martelo e um buril e decide continuar o trabalho. Somos ao mesmo tempo estátua e escultor da nossa própria vida.

O resultado do percurso humano está, portanto, bem longe do nosso ponto de partida. Durante toda a sua vida, o ser humano encontra várias oportunidades de mudar sua rota. Certamente, ele poderia ter escolhido um determinado caminho, mas decidiu-se por outro. São essas escolhas sucessivas, mais ou menos influenciadas pelas circunstâncias, que fazem a vida de uma pessoa. As eventuais predisposições “naturais” que recebemos no início, não são, na verdade, as únicas determinantes. Entretanto, muitas vezes, por preconceitos recebidos em alguns modelos de educação, faz-se um julgamento generalizado dos outros, classificando-os em uma escala de valores, não em função das qualidades ou dos defeitos que eles manifestam (cada um de nós tem qualidades e defeitos), mas em função do grupo ao qual pertencem. Ele é negro, logo é; é índio, logo é; é judeu ou árabe, logo é; é mulher, logo é. Este tipo de julgamento é justificado? Não.

Para que o fosse, seria necessário que essas pessoas pudessem ser classificadas em grupos mais ou menos homogêneos, isto é, não hierarquizados. Seria necessário, em seguida, que as qualidades e os defeitos (coragem, covardia, inteligência, estupidez, lealdade, desonestidade) pudessem ser atribuídos a todas as “raças”, sociedades, homens e mulheres. A própria ciência que teorizou e hierarquizou as chamadas raças, chegou à

conclusão, a partir da segunda metade do século XX, de que as raças não existem. Mais do que isso, não existe relação entre raças e inteligência. No entanto, os preconceitos são universais e existem em todas as culturas e sociedades humanas. A questão se coloca quando eles são transformados em armas ideológicas pra justificar a violência, a dominação, a exploração e a exclusão dos outros.

A maioria dos grupos humanos usou da força para fazer triunfar suas ideias ou para adquirir rapidamente novas riquezas. As nações fizeram a guerra para se desembaraçar de um vizinho incômodo, ameaçador ou mais rico. Hoje, as armas de destruição, além de serem fontes de riquezas, são tão eficazes que uma guerra entre grandes potências destruiria a humanidade. Os soldados podem ganhar batalhas, porém os serem humanos perdem sempre a guerra. Que se trata de nações ou indivíduos, cada vitória conseguida pela violência é uma derrota para a Humanidade. As diferenças constituem uma fonte insubstituível de enriquecimento. A própria sobrevivência da humanidade está nas diferenças e na diversidade delas resultante.

Uma opinião diversa da minha, um modo de se comportar oposto ao meu, obriga-me a refletir. Eu me questiono: o que enriquece minha maneira de ver, de pensar e agir? Enfim, o outro me faz progredir e ajuda-me na construção da minha personalidade. Não se trata de aceitar, sem refletir, os modismos, ou de ser um catavento girando aos quatro ventos. Trata-se somente de se abrir ao mundo exterior, de ficar atento aos outros, ou seja, de estar pronto a compreender, reagir e construir. O racismo somente será vencido quando nós soubermos dizer ao outro “muito obrigado”, tanto quanto maiores forem as diferenças entre nós.

Nas grandes calamidades naturais, doenças pandêmicas como a febre amarela, a peste, muitos morreram, mas outros sobreviveram graças às diferenças imunológicas. Todas as epidemias letais exterminariam grupos inteiros se não fosse a diferença imunológica. A estética do corpo humano segue um valor específico em todas as sociedades. As pessoas consideradas ou que se consideram mais bonitas do que as outras têm consciência de sua beleza porque se comparam às outras pessoas consideradas feias nos cânones de beleza de cada sociedade; os homens se imbuíram de sua superioridade machista porque as mulheres existem; as pessoas mais altas ou esbeltas se acham mais bonitas porque existem pessoas baixas e gordas; os velhos se acham mais sábios porque existem jovens; os ricos se acham mais bem sucedidos porque as sociedades produziram pobreza e miséria; algumas nações se consideram superiores porque existem essas outras. O que seria a humanidade se fôssemos todos a mesma coisa? Uma grande pobreza!

A grande questão que se coloca é a de que não temos a igualdade de oportunidades e de direitos por causa das diferenças. Quase todas as constituições e leis no mundo todo defendem o princípio de que “perante as leis somos todos iguais”; “todos os seres humanos nascem livres e iguais em direitos”. Teórica e formalmente sim, mas de fato e materialmente não. Os trinta artigos que constituem a Declaração Universal dos Direitos Humanos não são integralmente respeitados por todos os países do mundo. E sem dúvida, os países em conflitos e guerras e os países com escassez de democracia violam tais artigos mais do que os outros.

Também todos os países que convivem com formas de racismo violam os direitos humanos, em especial o direito de ser igual e ao mesmo tempo diferente. Mas, o que é um grande paradoxo, os países que se dizem democráticos continuam a produzir e a vender armas, mesmo sabendo que elas destroem vidas humanas, colocando o lucro e a riqueza na frente do ser humano e do “outro” diferente. Algumas pessoas me retorquiriam, “mas Seu Munanga, o que nós, brasileiras e brasileiros, temos a ver com este triste quadro? Não somos preconceituosos, nem racistas! Os racistas são ou foram os outros: os brancos da África do sul que inventaram o *Apartheid*, regime segregacionista que o povo da África do Sul na liderança do saudoso Nelson Mandela conseguiu derrotar; os racistas são os brancos do Sul dos Estados Unidos, que desenvolveram outro sistema de segregação racial denominado

‘Jim Crow’.

Quantas vezes escutamos alguns responsáveis das escolas e professores dizendo que em suas escolas não têm esse problemas? Ou seja, que não têm preconceitos e práticas racistas entre alunos com base na diferença cor da pele? Aqui está a peculiaridade do preconceito e do racismo à brasileira que alguns mais generosos chamaram de preconceito cordial: um preconceito racial mais difícil de combater do que lá, onde ele foi explicitado e sustentado pelas leis. Como se manifesta então esse nosso preconceito que o grande sociólogo Florestan Fernandes chamou de “preconceito de ter preconceito”?

Se perguntarmos hoje aos norte-americanos, sul-africanos e brasileiros sobre a existência de preconceitos e discriminação raciais em suas respectivas sociedades, teremos, creio eu, respostas diferentes. Respostas estas a serem interpretadas de acordo com a época, com a história de cada país e sua estrutura de poder. Os estadunidenses, negros e brancos, poderão dar respostas claras e diretas. Atualmente, alguns deles podem até dizer que os preconceitos raciais recuaram por que os americanos elegeram um presidente negro, além dos negros apresentarem hoje uma mobilidade social na qual se nota uma pequena burguesia e uma classe média significativas. Os sul-africanos não teriam também dificuldade para confirmar a existência do racismo e de suas práticas em sua sociedade. Porém, alguns podem até dizer que este fenômeno recuou com a abolição das leis do *Apartheid*, e pelo fato de negros estarem no comando político do país. Alguns franceses e alemães poderão dizer que em suas sociedades existe apenas a xenofobia em relação aos imigrantes, e não necessariamente o preconceito racial.

A mesma pergunta feita aos brasileiros, por sua vez, pareceria inconveniente, incomodante e até mesmo perturbadora. Muitos, comparados aos americanos e sul africanos, não dariam respostas claras e diretas. Suas respostas seriam ambíguas e fugitivas. Para muitos, ainda, o Brasil não é um país preconceituoso e racista, sendo a discriminação sofrida pelos negros e não brancos em geral, apenas uma questão econômica ou de classe social, que nada tem a ver com os mitos de superioridade e inferioridade racial. Neste sentido, os negros, indígenas e outros não brancos são discriminados porque são pobres. Em outros termos, negros e brancos pobres, negros e brancos da classe média, negros e brancos ricos, não se discriminam entre si, tendo em vista que eles pertencem todos à mesma classe econômica. Porém, para algumas pessoas, mais esclarecidas ou mais sensíveis ao cotidiano brasileiro, existem sim, preconceitos e práticas discriminatórias no Brasil em relação aos negros.

É o caso dos resultados de uma pesquisa científico-jornalística realizada pela Folha de São Paulo e pelo Instituto de Pesquisa Datafolha, em 1995, pesquisa essa que resultou na edição do livro “Racismo Cordial”, organizado por Cleusa Turra e Gustavo Venturi, no ano de 1995.

Seria interessante interrogar-se: como o racismo pode ser cordial apenas no Brasil e não em outros cantos do mundo? Nessa pesquisa, 89% de brasileiros entrevistados aceitaram a existência do racismo no país, embora apenas 10% deles tivessem confessado que conhecessem pessoas que discriminam ou que eles mesmos já teriam discriminado (Turra & Venturi, 1995). Perguntado para as mesmas pessoas se elas se importariam que suas filhas casassem com uma pessoa negra, as respostas revelaram contradições até entre as pessoas que declaram que não são racistas, na medida em que não viam com bons olhos o casamento inter-racial entre pessoas brancas e negras. Essas pessoas mostraram preocupação em ter neto/as mestiço/as, que sofreriam também preconceitos raciais na sociedade; e reprovaram o casamento inter-racial, deixando clara a ambiguidade que permeia a apologia da mestiçagem como símbolo da identidade nacional brasileira.

Qualquer pesquisa quantitativa que venha a demonstrar que há, por exemplo, desigualdade de tratamento em termos de salário entre mulher branca e negra, entre

homem branco e negro com a mesma formação e qualificação profissional, é muitas vezes desqualificada ou desconsiderada em alguns discursos político, jornalístico e até mesmo intelectual ou acadêmico. O livro *Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor* de Ali Kamel, diretor do Jornalismo da TV Globo, prefaciado pela antropóloga Yvonne Maggie; ou ainda o livro *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*, que considera as políticas de reconhecimento das diferenças – no espírito da Lei 10.639/3, que torna obrigatório o ensino da história do negro no Brasil – como uma divisão perigosa da sociedade brasileira; ou o mais recente livro *Uma Gota de Sangue*, de Demétrio Magnoli, que considera que a política de cotas, rotuladas raciais, transformaria o Brasil num país onde os mestiços não são reconhecidos como nos Estados Unidos, e poderia levar a conflitos raciais jamais conhecidos em nossa sociedade graças ao ideal de democracia racial; tais obras são bastante ilustrativas da ambiguidade que plana sobre o discurso a respeito da existência do racismo na sociedade brasileira.

Onde está exatamente a dificuldade que se tem para aceitar, entender e decodificar o racismo à brasileira? A dificuldade está justamente nas peculiaridades desse racismo, que o diferenciam das outras formas de manifestação de racismo conhecidas na história da humanidade, como por exemplo, no regime nazista, no sistema “Jim Crow” do sul dos Estados Unidos, ou no regime de apartheid na África do sul, para citar apenas os mais conhecidos. Nesses modelos, o racismo foi explícito, pois foi institucionalizado e oficializado pelas leis daqueles países. Na Alemanha nazista e no regime do Apartheid, praticou-se um racismo de Estado. Ao contrário do Brasil, o racismo é implícito, de fato, e nunca institucionalizado e oficializado com base nos princípios racialistas de pureza de sangue, da superioridade e da inferioridade racial. Por causa dessa ausência de leis segregacionistas, os brasileiros não se consideram racistas quando se comparam aos americanos, aos sul-africanos ou aos alemães nazistas. Em outros termos, os brasileiros se olham nos espelhos americano, sul africano e nazista, e se percebem sem nenhuma mácula, em vez de se olhar em seu próprio espelho. Assim, ecoa dentro de muitos brasileiros uma voz muito forte que grita: “não somos racistas, os racistas são os outros”. Essa voz forte e poderosa é o que eu chamo de inércia do mito de democracia racial brasileira. Como todos os mitos, ela funciona como uma crença, uma verdadeira realidade, uma ordem. Por isso, é difícil arrancar do brasileiro a confissão de que ele também é racista.

O mito proclamou o Brasil um paraíso racial, onde as relações entre brancos e negros, brancos e índios, etc. são harmoniosas, isto é, sem preconceito, sem discriminação, a não ser os preconceitos de ordem socioeconômica que atingem a todos os brasileiros, sem discriminação baseada na cor da pele. Para se consolidar e tornar-se cada vez mais forte, o mito manipula alguns fatos evidenciados na realidade da sociedade brasileira, como a mestiçagem, as personalidades míticas e os símbolos da resistência cultural negra no Brasil.

O mito vai afirmar que somos um povo mestiço, isto é, nem branco, nem negro e não índio, mas sim uma nova “raça” brasileira, uma raça mestiça. Quem vai discriminar quem, se somos todos mestiços? O mito vai reafirmar a dupla mestiçagem biológica, que passa pela miscigenação, e a mestiçagem cultural, que passa pelo sincretismo. Quem leu *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre, sabe muito bem de que se trata. Os aspectos da resistência cultural negra que se tornaram símbolos da identidade nacional, como a música, a dança, a culinária e principalmente a religião, são bem manipulados pelo mito, para afirmar a harmonia entre grupos, a ausência do preconceito e da discriminação. Se o Brasil aceita as religiões de origem africana como o Candomblé e a Macumba, tudo isso é prova, dizem, de que o Brasil não é racista. Se nós gostamos da música negra que já é nossa, isto também é prova de que o Brasil não é racista. As personalidades “míticas”, como Pelé e as grandes estrelas de futebol, são sempre citadas para mostrar que basta ter dinheiro para que todas as portas do Brasil estejam abertas.

Esses fatos evidentes, mas manipulados, foram também interiorizados e aceitos por

alguns negros e por essas personalidades míticas que ascenderam economicamente. Na casa do enforcado não se fala de corda, é um dos princípios da educação brasileira. Quando se fala de negro entre branco e negro, o branco prefere dizer “aquele moreno” ou “aquela moreninha”; mas em contexto de conflito aquele moreno ou aquela moreninha se tornam apenas “neguinho” ou “neguinha metido/a”. Geralmente, numa pelada de futebol, pelado, o jogador negro é o único que não tem nome próprio, pois apelidado simplesmente “negrão” ou “negão”. Diz-se que é carinhoso, mas eu nunca escutei a reciprocidade, ou seja, o jogador negro chamando outro de “brancão”. Quando se fala da beleza feminina, diz-se “uma mulher linda” para se referir a uma mulher branca; quando se trata de mulher negra, diz-se uma “mulher negra linda”. Diz-se a mesma coisa a respeito da beleza masculina: “fulano é um homem lindo”, quando se refere a um homem branco; e “fulano é um negro lindo”, quando se trata do homem negro – como que para insinuar que a beleza negra é uma exceção que precisa adjetivar, enquanto a beleza branca é uma regra geral que dispensa a adjetivação.

Uma senhora branca acompanhada de sua filha entra no caixa eletrônico de um banco à noite, onde encontra outra mulher branca fazendo suas operações financeiras. A senhora branca, se dirigindo a essa outra que já estava dentro disse: “minha filha, tome cuidado quando sair, pois tem um ‘negrão’ ali fora, acompanhado de uma filhinha, acho que é um assaltante”. E essa lhe responde: “minha senhora, este negrão assaltante é meu marido que me espera com minha filha”. Onde está o problema? Qualquer pessoa esperando fora de um caixa eletrônico à noite pode ser suspeita, seja ela branca ou negra. Mas, se fosse um branco, essa senhora não diria “minha filha ‘tem um brancão’ ali fora e pode ser um assaltante”. Diria, certamente, tem um homem ali fora que pode ser um assaltante. Dizer “negrão” é uma negação da condição integral da pessoa. Aquele ser não é uma pessoa, é um negrão ou uma negona. Esta terminologia foi interiorizada pelos próprios negros, que em tom de brincadeira se chamam de negrão e negona. Mas os brancos não se chamam de brancão e brancona, apesar de terem a consciência da branquitude como patrimônio social cheio de vantagens que a negritude não oferece numa sociedade racista. O silêncio, o não dito, é outra característica do racismo à brasileira. Como disse Ali Wiesel, judeu, Nobel da Paz, “o carrasco mata sempre duas vezes, a segunda pelo silêncio”. É neste sentido que eu sempre considerei o racismo brasileiro “um crime perfeito”, pois além de matar de verdade, fisicamente, ele mata pelo silêncio a consciência tanto das vítimas como da sociedade como um todo, dos brancos e negros. Sem dúvida, todos os racismos são abomináveis, pois cada um de seu modo faz vítimas. O “brasileiro” não é o pior, nem o menor, comparativamente aos outros, mas a dinâmica e as consequências são diferentes.

O racismo brasileiro desmobiliza as vítimas diminuindo sua coesão ao dividi-los entre negros e pardos. Cria a ambiguidade dos mestiços, dificultando o processo da formação de sua identidade, no qual muitos deles ainda não politizados e conscientizados não assumem sua negritude e preferem o ideal do branqueamento – que, segundo pensam, ofereceria algumas vantagens reservadas para a branquitude. A figura do mestiço e da mestiça é muito manipulada na ideologia racial brasileira, ora para escamotear os problemas da sociedade, ora para combater hoje as propostas de políticas afirmativas que beneficiaram aos que se assumem como negros. O sincretismo cultural é também manipulado para se contrapor às políticas de conteúdo multicultural na educação. “Dizem” para a gente que não há história do negro no Brasil, não há cultura negra no Brasil. Há apenas uma única história e uma única cultura brasileira resultantes do sincretismo. Quem é negro no Brasil, num país mestiço e sincrético? Dos índios, pouco se fala, pois é como se todos que vivem nas reservas e territórios étnicos delimitados fossem todos mestiços! É como se todos os gaúchos e descendentes de italianos nos estados do sul do Brasil se considerassem mestiços. Mas a questão de quem é branco no Brasil pouco se coloca neste debate. Pois bem, se os intelectuais, jornalistas e políticos não sabem distinguir os negros dos demais brasileiros, parece que os policiais e os zeladores dos prédios nunca tiveram essa dificuldade.

Resumiria o racismo brasileiro como um racismo difuso, sutil, evasivo, camuflado,

silenciado em suas expressões e manifestações, porém eficiente em seus objetivos. Algumas pessoas vão até pensar que é o tipo de racismo mais sofisticado e mais inteligente, comparativamente aos outros. Quando se põe a questão de saber como lutar contra as práticas racistas no Brasil, ou seja, como diminuir as desigualdades de oportunidades entre brancos e negros, em matéria de acesso à educação superior de boa qualidade, ao emprego e cargo de comando e responsabilidade onde estes últimos são sub-representados, esbarra-se nas mesmas ambiguidades, pois tais desigualdades não são definidas por muitos em termos racistas. Todos os preconceitos e as ideologias que resultam deles tem a diferença como matéria prima: diferença de sexo ou de gênero desemboca no machismo; diferença de nacionalidade, em nacionalismo; diferença de etnia, em etnicismo; diferença de vida sexual entre pessoas do mesmo sexo, em homofobia, etc. Todos se tornaram armas para justificar e legitimar a discriminação e conseqüentemente a exclusão e a desigualdade entre seres e grupos. Como fazer para lutar contra esses “ismos” e suas conseqüências? Todos os países conscientes que querem mudar trilharam três caminhos complementares: o legislativo, o político e o educativo.

O legislativo consiste em promover leis que reprimem e punem os atos discriminatórios baseados nas diferenças. O princípio da igualdade perante a lei em si não é suficiente. Por isso, qualquer ato de discriminação comprovado é, na Constituição brasileira, um crime inafiançável e sujeito à reclusão. É neste contexto que se coloca a Lei Maria da Penha e outras leis repressoras que têm a diferença como matéria prima.

O político consiste na implementação de estratégias e políticas de promoção da igualdade dos discriminados, visando sua inclusão e a redução das desigualdades. As duas ações, embora importantes, não são suficientes, pois é preciso transformar o Ser através do processo de formação da cidadania, numa visão pluralista. Como bem disse Nelson Mandela, nenhuma criança no mundo nasceu racista ou odiando as outras crianças dela diferentes. Os racistas são os adultos, que através dos processos educativos introjetam ideias e comportamentos racistas nas crianças, ou seja, constroem indivíduos racistas. Só a educação, acreditem, tem a capacidade de desconstruir os monstros que criou e formar novos diferentes.

Que tipo de educação precisamos hoje? Uma educação que forma novos cidadãos com base na valorização da riqueza de nossas diferenças e de nossa diversidade em todos os sentidos. Uma educação construída a partir de novas ferramentas pedagógicas antirracistas, antimachistas, anti-homofóbicas, etc. Enfim, uma educação que respeite o outro diferente e todas as diferenças que constituem a diversidade biológica, cultural, de gênero ou de sexo, de religião, etc.

As leis 10.639/03 e 11.645/08, que obrigam o ensino da história e da cultura dos negros e povos indígenas e a história e cultura da África na escola brasileira, visam justamente os objetivos de uma escola inclusiva e não discriminatória. Isto não significa que a história da Europa e da Ásia devem ser substituídas, mas sim que a história do Brasil deve incluir outras raízes formadoras, em vez de ser empobrecida por uma única história e cultura consideradas como superiores ou melhores que as outras. A não inclusão da história dos outros os destrói, os diminui e anula sua autoestima.

Fechando, costumo comparar o fenômeno racismo e suas conseqüências a um *iceberg*. Creio que grande parte de nossos discursos, trabalhos de pesquisa e análises conscientes acontece na parte visível do iceberg. A parte submersa e mais profunda deste iceberg me parece a mais difícil de estudar e analisar, justamente por causa de sua invisibilidade e da falta de ferramenta de medição apropriadas. É justamente nessa parte que se encontrariam as conseqüências também invisíveis do racismo, tais como traumas, feridas, alienações da humanidade, do corpo, da identidade, da autoestima e outros mecanismos que somados têm conseqüências incomensuráveis na estrutura psíquicas das pessoas vítimas do racismo.

Tenho certeza de que, neste campo, vocês da área de Psicologia e Psicanálise têm ferramentas e preparo teórico que nós das áreas de Ciências Sociais não possuímos, para lidar com questões que relevam a subjetividade e o inconsciente (Munanga, 2004). Sem negar as valiosas contribuições que estão surgindo nos últimos anos – devido também ao ingresso dos raros e das raras psicólogos e psicólogas negros e negras nessa área –, não podemos deixar de mencionar que a Psicologia e a Psicanálise brasileiras demoraram muito tempo para engrenar, talvez por causa da força inercial do mito de democracia racial, talvez porque, como ouvi falar, o inconsciente não tem cor. A psicanalista Isildinha Batista Nogueira discutiu muito este assunto no processo de sua tese de doutorado no Instituto de Psicologia da USP, e teria muito a nos contar (Nogueira, 2004).

Encerro por aqui e digo novamente meu muito obrigado pelo convite e oportunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Fry, P.; Maggie, Y., Maio, M. C., Monteiro, S., Santos, R. V. (orgs.). (2007). *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- Jacquard, A. & Poissenot, J. M. (1993). *Todos semelhantes, todos diferentes*. São Paulo: Augustus.
- Maquet, J. (1981). *Les Civilisations Noires*. Paris: Collection Marabou.
- Munanga, K. (2004). Psicologia e Racismo: Uma Autocrítica Necessária I. In: Silva, M. V. de O. (org). *Psicologia e Direitos Humanos: Subjetividade e Exclusão*. São Paulo: Casa do Psicólogo; Brasília: Conselho Federal de Psicologia. Série: Psicologia e Direitos Humanos.
- Munanga, K. (2002). *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Rio de Janeiro: Cadernos PENESP, 5.
- Nogueira, I. B. (2004). Psicologia e Racismo: Uma Autocrítica Necessária III. In: Silva, M. V. de O. (org). *Psicologia e Direitos Humanos: Subjetividade e Exclusão*. São Paulo: Casa do Psicólogo; Brasília: Conselho Federal de Psicologia. Série: Psicologia e Direitos Humanos.
- Turra, C. & Venturi, G. (orgs.). (1995). *Racismo Cordial: a mais completa análise*. São Paulo: Ática.